



Ofício nº 001/2022

Moreilândia, 22 de abril de 2022

Ao Exmº. Sr.
Vicente Teixeira Sampaio Neto
Prefeito

ASSUNTO: Solicitação de abertura de processo licitatório.

Prezado Senhor,

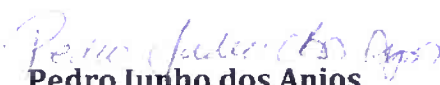
Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste, solicitar de Vossa Excelência, que seja autorizada abertura de Processo Licitatório tendo como objeto **“Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de promoção de eventos, com locação de estrutura logística de festa, destinado a realização das festividades tradicionais de aniversário da cidade de Moreilândia/PE que se realizará em 17, 18 e 19 de maio de 2022, conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência anexo”.**

Essa aquisição se faz necessário para que possamos realizar as festividades de forma satisfatória a população, visto que o Município não dispõe de meios próprios para realização.

Portanto, com o intuito de realizar as festividades tradicionais em nosso município em, necessitamos da aquisição dos referidos serviços.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,


Pedro Junho dos Anjos
Secretário de Esporte e Cultura



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de promoção de eventos, com locação de estrutura logística de festa, destinado a realização das festividades tradicionais de aniversário da cidade de Moreilândia/PE que se realizará em 17, 18 e 19 de maio de 2022, conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência desse processo.

1.2. Planilha Quantitativa e Orçamentária

ITEM	Descrição	Quantidade	UND.	Diárias	Preço Médio	Valor Total Diária	Valor Total 02 Diárias
1	PALCO-ESPCIFICAÇÃO: palco medindo 12,00m de frente x 08 de fundo e 07,0de altura com cobertura toda em estrutura de alumínio, lona anti-chapa nas cores cinza ou branca na parte externa e preta interna. Piso todo em 20x20m, estrutura de aço com acabamento superficial galvanizado a fogo medindo 21x20MTS, com carga máxima suportada por M2 de 340 kg a 400 kg. Guarda corpo com duas travessas na parte externa, toda em alumínio, escada com corrimão em alumínio, degraus antiderrapantes, plataforma sem alumínio, degraus antiderrapantes, plataforma em compensado naval de 15MM com acabamentos em cantoneiras galvanizadas. 01 MOUSEMIX medindo 4x4mts com 02 andares em alumínio tipo Q30 com lona transparente ante chama, escada externa e cobertura.	1	UND.	3	R\$ 5.023,33	R\$ 5.023,33	R\$ 15.070,00
2	SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE. ESPECIFICAÇÃO: Console Digital progamável	1	UND.	3	R\$ 6.043,33	R\$ 6.043,33	R\$ 18.130,00



<p>com 48 canais e 24 auxiliares VCA.</p> <p>02 Processador Digital gerenciador de Sistema com 4 in e 8 out.</p> <p>01 Processador Digital gerenciador de Sistema com 3 in e 6 out.</p> <p>01 multi cabo com 56 vias Balanceadas</p> <p>02 caixas SB 850 (2x 18 POL)</p> <p>24 caixas 3 vias linearray 3000 watts (cada caixa contendo 02 altofalantes de 12 pol, 2 falantes de 10 pol. E 2 drive de 2pol.).</p> <p>24 caixas 1 via subgrave 1200watts (2x18pol.).</p> <p>06 amplificador sub grave 5500watts.</p> <p>06 amplificadores grave 3500 watts.</p> <p>06 amplificador médio grave 3000 watts.</p> <p>06 amplificadores médio agudo 1200 watts.</p> <p>04 amplificadores para sistema de DEPLAY.</p> <p>01 back line – console digital progamável com 48 canais de entrada e 32 saídas auxiliares.</p> <p>01 amplificador gráfico stéreo 31 bandas.</p> <p>01 compressor stéreo.</p> <p>03 processadores digital gerenciador de sistema com 4 in e 8 out.</p> <p>01 sistema de comunicação de 04 pontos.</p> <p>01 sistema cue.</p> <p>01 sistema de retorno P/bateria subgrave 800watts.</p> <p>01 caixa com 2 falantes de 15pol e 1 drive.</p> <p>06 amplificadores 3000watts.</p> <p>04 amplificadores 2500 watts.</p> <p>02 amplificadores de</p>						
---	--	--	--	--	--	--

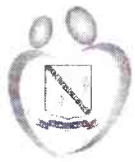


	<p>guitarra valvulados com 4 falantes de 10 pol. 01 amplificador de guitarra com 2 falantes de 12pol. 01 amplificador de guitarra com 1 falante de 12pol. 01 amplificador de baixo – 4x10 – 1x15. 01 bateria acústica. 15 direct Box passivo. 08 direct Box ativo. 10 praticaveis de alumínio. 12 caixas de monitor com 2 falantes de 12 com 600watts. 04 caixas de 3 vias hi top 800watts-side. 04 caixas sub grave 1200 watts-side. 01 sistema de delay 8 caixas com 3 vias HITOP de 800watts. 20 microfones com fio para voz. 10 microfones com fio instrumental. 02 microfones com fio – guitarra e violão. 02 microfones sem fio com 99 frequência UHF. 03 microfones com fio para bumbo-bateria. 08 microfones com fio para captação de bateria. 04 microfones com fio condensadores para bateria. 04 microfones com fio para captação de percussão. 08 microfones com fio OVER HALL – hi wat. 01 kit microfones para bacteria. 20 garras. 30 pedestais. 01 cabeamento completo para todo o sistema.</p>						
3	Gride de luz 08x08m em box truss q30 alumínio.	1	UND.	3	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00	R\$ 9.060,00
4	Gride em box truss para suporte de lona 06x03m.	1	UND.	3	R\$ 3.050,00	R\$ 3.050,00	R\$ 9.150,00





5	Painel em led p6 medindo 04x03m. Alta resolução Medindo 4x3m, com equipamento de transmissão.	1	UND.	3	R\$ 2.023,33	R\$ 2.023,33	R\$ 6.070,00
6	Tendas chapéu de bruxa 5x5m. Especificação: Medindo 5m x 5m, montadas em estrutura tubular de aço galvanizado 2 "com cobertura em lona sintética bo anti-chama, anti-mofo, alto extiguível na cor branca modelo chapéu de bruxa com altura 2,00 altura de prendendo a haste interna de aço galvanizado em 2" com esticador e altura de 2,50m nos seus pés de sustentação lateral, medindo 3mx3m com fechamento com altura de 90cm acompanhando a mesma tubulação e lona com ilhoes e braçadeira para travar a mesmas.	12	UND.	3	R\$ 406,00	R\$ 4.872,00	R\$ 14.616,00
7	Camarins em octonormets medindo 4x3m coberto e encarpetado.	2	UND.	3	R\$ 2.010,00	R\$ 4.020,00	R\$ 12.060,00
8	Banheiros químicos. Especificação: Individuais portáteis com teto translúcido composto com caixa de dejetos, pota papel higiênico e fechamento de identificação ocupado/desocupado para público e bandas(camarins). Incluso hotel e alimentação da equipe de manutenção por conta do contratado. Os banheiros deverão ser limpos e higienizados diariamente, sendo duas vezes ao dia, uma na parte da manhã e outra na parte da tarde, com a retirada dos fluentes em tanques e veículos apropriados. Obs.: o	20	UND.	3	R\$ 305,00	R\$ 6.100,00	R\$ 18.300,00



	sugador permanecerá na área do evento todos os dias até o termino de cada evento.						
9	GERADOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 250KVA. ESPECIFICAÇÃO: com capacidade mínima de 250kva, trifásico, tensão 440/330/220/110 vac, 60hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro de 82 DB@ 1,5 metros acoplado a um caminhão por meio de grampos fixados no chassi para transporte rápido com 02 jogos de cabos de 120 mm/ 4lances/ 25metyros flexíveis (120MM x 4 x 25M), quadro de barramento de cobre para conexão intermediaria com isoladores e chave reversora para duas fontes de energia elétrica dimensionada de acordo com a potencia de grupo gerador, incluindo custo de montagem com ponto de aterramento para proteção composto de 01(uma) haste de cobre de 3 metros de comprimento, com cordoalha de cobre Nu 16MM2, no mínimo, com 5 metros com conectores. O Gerador será devidamente abastecido pelo contratado.	2	UND.	3	R\$ 4.026,67	R\$ 8.053,33	R\$ 24.160,00
10	Gradil tipo disciplinador gradil tipo disciplinador medindo 2mx1m em aço.	200	Metros	3	R\$ 25,50	R\$ 5.100,00	R\$ 15.300,00
11	Fechamento cego placas de 2x3m. Fechamento com chapa galvanizada travada. Especificação: com chapa galvanizada travada, interligadas por painéis de 2,30m altura x 2,0m.(metro	200	Metros	3	R\$ 25,50	R\$ 5.100,00	R\$ 15.300,00



	linear por diária)						
12	Seguranças de apoio uniformizados.	12	UND.	3	R\$ 151,00	R\$ 1.812,00	R\$ 5.436,00
13	Equipe de Filmagem para entrega de teaser 08 câmeras.	1	UND.	3	R\$ 2.043,33	R\$ 2.043,33	R\$ 6.130,00
Cento e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais							R\$ 168.782,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. O Município de Moreilândia(PE) tem por competência institucional a promoção e execução de licitações no âmbito do Município, para atendimento às demandas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

2.2. O Município de Moreilândia fará aniversário de emancipação política, como de costume o município realiza grande festividade destinada aos munícipes e turistas que sempre visitam nossa cidade.

2.3. Este evento, é conhecido na região, trata-se de festa tradicional, realizada desde a Emancipação, comemorado no dia 19 de Maio.

2.4. O município de Moreilândia estará promovendo nos dias 18 e 19 de maio, shows artísticos de renome nacional e da região, barracas típicas, e outros, com a finalidade de comemorar o aniversário da cidade proporcionando ao cidadão moreirense e visitantes momentos de lazer neste período de forma gratuita.

2.5. Essa aquisição se faz necessário para que possamos realizar as festividades de forma satisfatória a população, visto que o Município não dispõe de meios próprios para realização.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os materiais deverão ser instalados e montados até um dia anterior ao evento do dia 19/05, em conformidade com o este Termo de Referência e a mediante Emissão da ORDEM DE SERVIÇOS emitida pela Secretaria Municipal demandante, O local de entrega será acordado com a secretaria demandante.

4.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta)dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à





apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, _____ / UF16438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0, \text{_____} / \text{UF16438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item 1 deste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

PL



13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Moreilândia-PE, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n° 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n° 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho





fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

O custo estimado da contratação é de **R\$ 158.837,00 (Cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais)**

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

1.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Prefeitura Municipal de Moreilândia-PE / FMS / FMAS

Fonte: Recurso Próprio

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES E LAZER

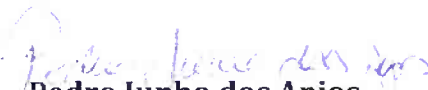
Atividade:

13 392 1005 2087 0000 ENCAR. PROM. E DIVULG. DE FESTIVIDADES DE RESGATES CULTURAIS, CIVIS E OUTROS NO AMBITO MUNICIPAL

Elemento

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Moreilândia(PE) 22 de Abril de 2022.


Pedro Junho dos Anjos
Secretário de Esporte e Cultura